

## FORMAÇÃO DOCENTE PARA O USO DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA (CAA)

Viviane Cristina De Mattos Battistello<sup>1</sup>; Giselle Teixeira De Freitas Ferreira<sup>2</sup>; Guilherme Caetano Stanzani<sup>3</sup>; Greice Kelly Marinho<sup>4</sup>.

DOI: 10.47094/1CONLAPE.2026/RS/15

### RESUMO

O presente trabalho aborda a temática da formação docente voltada à Comunicação Alternativa e Ampliada ou Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), visto que a Lei nº 15.249/2025, sancionada em novembro de 2025, estabelece o marco principal no Brasil para o uso da CAA destinada às pessoas com autismo (TEA), deficiência intelectual ou necessidades complexas de comunicação em espaços públicos, serviços de saúde e escolas. A norma garante o direito à expressão e torna obrigatória a disponibilidade de pranchas de comunicação em locais como praças, parques e museus, além de prever a capacitação de profissionais da área. O objetivo geral é analisar os desafios e perspectivas da preparação docente da Educação Básica para a implementação da CAA, considerando o impacto das recentes atualizações nas políticas públicas. A questão-problema que norteia a pesquisa é: como a lacuna na formação inicial e continuada dos docentes compromete a eficácia da CAA como ferramenta de garantia de direitos previstos na legislação vigente? A justificativa reside na necessidade premente de superar o hiato entre a teoria legal e a prática em sala de aula, assegurando que a tecnologia assistiva não seja apenas um recurso isolado, mas uma prática pedagógica inclusiva. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, com análise de marcos regulatórios e literatura especializada. Os resultados parciais indicam que, embora o arcabouço legal brasileiro seja considerado bem estruturado, a formação docente ainda é fragmentada, o que gera insegurança no manejo de sistemas de alta e baixa tecnologia. Por fim, a conclusão aponta que a efetividade da inclusão escolar depende de políticas públicas educacionais que transcendam a oferta de recursos, investindo na formação continuada e colaborativa entre professores regentes e o atendimento educacional especializado (AEE).

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade comunicacional. Formação inicial e continuada. Políticas públicas.